



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

AUDIÊNCIA DE EDIELSON JOSÉ ROCHA

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Edielson, o senhor está hoje aqui numa ação da Justiça Eleitoral, uma investigação judicial eleitoral, que tem como representantes o PSDB e a Coligação Muda Brasil, e, como representados, os Senhores Dilma Rousseff e Michel Temer.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Certo.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Pergunto inicialmente se o senhor tem algum grau, algum vínculo de amizade, inimizade, parentesco com algum dos representados?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): De jeito nenhum.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tem algum interesse pessoal nesta causa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor vai assumir o compromisso de dizer a verdade, sob pena de crime de falso testemunho.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Certo.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Responda apenas o que o senhor souber acerca de fatos que o senhor conhecer.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Correto.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Senhor Edielson, uma rápida qualificação do senhor. O senhor reside onde?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): [REDACTED]

[REDACTED]

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Qual município?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): [REDACTED]

[REDACTED]

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Qual é a sua formação?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Segundo grau incompleto.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor trabalha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Trabalho.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Trabalha com o quê?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Empresário de transporte de cargas.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Qual a empresa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Realiza Express Cargas Aéreas.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Desde quando o senhor trabalha lá?



SJD
SECRETARIA JUDICIARIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Desde o dia 20.10.98, quando eu montei a empresa.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): A empresa é do senhor?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Correto.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Essa empresa, hoje, qual é o tamanho dela, Senhor Edielson?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tamanho? Como assim?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Quantos funcionários o senhor tem? É transporte rodoviário?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Transporte rodoviário e aéreo.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor tem caminhões próprios?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tenho.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Quantos caminhões?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Hoje eu tô com doze.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doze caminhões?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É. Mas deixa esclarecer a quantidade de funcionários. A empresa, ela hoje está em dissolução



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

societária com meu irmão, que é sócio – eu sou o majoritário. Porém, hoje não existe nenhum funcionário mais em função dessa dissolução.

E fomos demi... Nós demitimos todos os funcionários esse ano. Até o ano passado, tínhamos trinta e seis registrados, mais os parceiros, terceirizados. E assim...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): A dissolução ocorreu este ano?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tá... tá em processo, né?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): A empresa funcionou normalmente até quando?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Até julho desse ano.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Quais eram os seus principais clientes?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): A Allied – eletrônico, né? A Gráfica Mack Color, a Roltek, Mercado Digital...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor já trabalhou para campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Trabalhei.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Em que campanhas eleitorais o senhor trabalhou nos últimos anos?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Trabalhei desde 2006, né, 2010 e 2014. Tanto pra Marina e Dilma.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Marina e Dilma?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Positivo.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Em 2014, o senhor trabalhou para as duas?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Para as duas.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Para as duas campanhas?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá certo. Nessa época, o senhor tinha lá, de estrutura, quantos caminhões?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Os mesmos... os mesmos caminhões. Mas eu tinha uma terceirizada... é... agregados, vamos dizer assim, né, mais ou menos, que formavam vinte e dois.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, o senhor tinha trinta e seis próprios mais vinte e dois...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Funcionários. Trinta e cinco.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, quantos funcionários ao todo e quantos caminhões ao todo?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É... vinte e dois... quer dizer, terceirizados, próprios doze – que eu tenho até hoje – veículos, né, pequenos e grandes. E, com os terceirizados, que são agregados, vinte e dois.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

1 DE NOVEMBRO DE 2016

Mas, pra atender à campanha – o volume cresceu –, eu usei muitos parceiros. Como as companhias aéreas também são minhas parceiras, né? Até hoje.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, o senhor disse que tinha doze próprios e mais vinte e dois caminhões, que foram de...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Formavam vinte e dois ao todo.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Vinte e dois caminhões ao todo. E isso era suficiente pra atender a campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Eu terceirizei bastante caminhões. Por exemplo, trucado, carretas... esses veículos, né? Grandes e pequenos. Similares. Similares... a Sprinter

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E funcionários, também o senhor falou que, no período da campanha, tinham quantos funcionários do senhor, mesmo, lá?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Funcionários, trinta e seis.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Trinta e seis.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Mas a gente usou bastante terceirizados, né? E agregados, porque eles têm o caminhão deles terceirizado, uma vez eu contratando. E eu... ele era terceirizado, também. Eu pagava com RPA, essas coisas, né?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor trabalha só com transporte?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Só com transporte. A gente se... na verdade, chamava Realiza Express Transporte de Carga Aérea. No contrato social tá lá: agenciamento de carga aérea. Minha demanda maior é carga aérea. Mas, devido tá lá, transporte rodoviário, posso atender, como atendi, (ininteligível)

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas, avião, o senhor não tinha avião próprio?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não tinha e nem tenho.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Nem tem. Aí, no caso de transporte aéreo, como funcionava?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É... eu... tem a... a TAM, a Gol, a Avianca. Somos parceiro, né? Já tô no segmento já há trinta e um... é... trinta e um anos – completo em dezembro – que saí e montei a minha empresa, junto com meu irmão, sócio, né? Que estamos se desligando, né? Pra seguir com a mesma Realiza. E agora tá parado, em função dessa dissolução.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, a carga que era pra transporte aéreo, basicamente, o senhor...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Diminuiu devido ao mercado também, né?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tá. Mas eu falo: na campanha, o senhor fazia esse agenciamento com a empresa aérea e...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. E os parceiros, e os terceiros, né? Chama parceiro.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor tinha um galpão, ou alguma coisa pra receber esse material?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tinha, e tenho até hoje o galpão. Um dos galpões foi alugado pra campanha da Dilma e o outro, onde existe a sede da empresa, é que operei a Marina, no caso, e outros clientes eletrônicos, que não podia misturar, por ser material eletrônico e muito visado.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E o da Dilma ficava onde?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): No galpão ao lado, porque a empresa tá no 1015, e esse galpão tá alugado pra Dilma no 977, se não me falha a memória.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E qual o endereço lá?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Floresta Azul.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O mesmo endereço da (ininteligível).

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É. Parede com parede, pra dizer melhor, né? Parede com parede.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tinha alguém da campanha que trabalhava lá, no galpão do senhor?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É... lá tava o comitê – comitê, assim, não, a logística do PT, né? Da Dilma, no caso. Porque eu



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVENBRO DE 2016

trabalhei pra campanha Dilma, não trabalhei pro PT, né? Exclusivamente pela da Dilma – como Marina também, né? E tinha, acho, que três ou quatro funcionários, se não me falha a memória.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Saber dizer alguns? Ou nome? O senhor lembra, não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Lembro. Senhor Paulo Landim; o Carlos, se não me falha a memória; uma senhora lá, que eu não me lembro o nome; o rapaz por nome de Guto. Tinha quatro.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E esses aí ficavam direto no galpão do senhor?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, porque... apesar de que eu sou a transportadora lá, a logística contratada... é... tem lá meus funcionários, os conferentes, a expedição e tal, mas lá tinha esse trabalho no... colocado por eles lá, que direcionava pra onde mandar essa mercadoria, né? Estava lá envolvido, né, na... na logística.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E como funcionava? O senhor recebia esse material, levava para o local, para um estado, para um município em que o senhor tinha que entregar. Quais eram os documentos que o senhor necessariamente levava, principalmente na hora do recebimento?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Nota fiscal. Não tem como eu transportar sem a nota fiscal.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor levava a nota fiscal e o recebimento lá, pela campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tanto... é... quando a mercadoria... quando eu coleteo ou recebo lá – teve vários que entregaram



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

– é... dá entrada, o meu conferente dá entrada com a nota fiscal e essa nota fiscal gera um conhecimento de transporte, que é o CTE, que é pra onde eu cobro dos meus clientes, né?, Tanto campanha como eletrônico, tudo, né? É um documento igual à nota fiscal, vamos dizer assim, que é a nota fiscal da minha empresa. E isso direciona o destino onde...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E lá no destino tem que ter um recebimento?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tem. Esse... Nós entregamos com canhoto e recebemos o canhoto da nota fiscal, que é obrigatoriamente, e o conhecimento de transporte, que tem lá também que... tem que ceder o canhoto pro... pra quem contratou o transporte, né? Agora, o conhecimento de transporte fica comigo, no caso pra comprovar...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, todos esses documentos do recebimento eram devolvidos lá para...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Pra minha empresa.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Sim. O conhecimento, sim, mas o recebimento do...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Do canhoto?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): ...do canhoto era devolvido à campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Se o fornecedor me cobrar, me pedir o comprovante, é obrigado dar.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas era devolvido, ou não?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Eu acho que devolvemos bastante, né? Foram bastante documentos.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E eram devolvidos normalmente pra alguém específico da campanha, esses...?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Na verdade, quem... Não lembro de ter devolvido o canhoto. Não lembro de... É possível...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Porque o canhoto não ficava com quem recebeu, o senhor levava o canhoto embora.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Fica a nota fiscal e um dos conhecimentos de transporte, e o canhoto é obrigatoriamente ser devolvido.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Para o transportador?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Para o transportador.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Só que esse canhoto teoricamente seria... seria um documento que ficaria com o contratante?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas o senhor não lembra se esses canhotos chegaram a ser devolvidos ou não, se alguém vinha buscar ou não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Excelência, eu acredito que foi devolvido, sim, porque a gente não quer guardar muito documento.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O que que nós fazemos: na minha empresa tinha um departamento de canhotos, inclusive.

Por nós trabalharmos há muitos anos com material eletrônico, material gráfico – inclusive prestei muitos serviços pra órgão público, secretaria da fazenda, secretaria da justiça, transporte CNH, transporte muitos materiais, selos de autenticidade nesses anos todinhos –, é uma prática nossa de relacionar todos os canhotos e devolver ao contratante pra não ficar armazenando muitos documentos, porque nós já temos o conhecimento pra provar lá pra frente se... em eventual situação.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E no caso da campanha, tinha alguém que ia buscar esses canhotos? O senhor não lembra se tinha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Eu me lembro que, no final de toda campanha, nós fizemos um monte de documentos solicitados pela campanha Dilma, vários documentos, né? E foi mandado, não sei se foi pra Brasília...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor ia buscar nas gráficas, ou as gráficas entregavam lá no seu galpão?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Vamos dizer assim, setenta por cento eu buscava e o restante levava lá.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor lembra se entre os locais que o senhor coletava havia alguma gráfica chamada VTPB?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Onde é que ficava?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Barra Funda.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Barra Funda?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É, sim.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O nome dela era VTPB, mesmo?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Lá eram duas empresas, duas notas fiscais, era Ultraprint e essa VTPB, alguma coisa assim.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas era uma nota fiscal pelas duas empresas, não? Como funcionava?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Eram duas notas fiscais, materiais indo na mesma carreta.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então tinha material que era produzido pela VTPB e tinha material que era produzido pela Ultraprint, é isso?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É, o que eu entendo é que são empresas coligadas.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Coligadas?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): O que eu entendo, né?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor entende isso por quê? Por que o senhor conclui que... porque o senhor chegava lá e tinha material que era VTPB, é isso?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Porque vinham duas notas fiscais.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E tinha algum representante com quem o senhor tratava na gráfica?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Ah, empresa grande, né? São empresas grandes, lá tem... O cara da expedição solicitava, e eu falei muito com ele que chama Senhor Edmilson.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Edmilson?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É... Agora, pessoalmente, eu lembro de ter visto uma vez... ah, sim, ele foi na empresa, sim, numa reunião pra apresentar os fornecedores.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E esse Edmilson tinha ligação com que empresa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Com a Ultraprint.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Com a Ultraprint?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Com a VTPB o senhor conheceu alguém que era representante, alguma...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Incrível que pareça, eu só conheci a nota fiscal.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Só nota fiscal?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): E a VTPB tinha um volume de produção grande?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Acho que não. Não tão grande, não. A Ultraprint, sim. Foi a pioneira assim em termos de gráficas.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas o senhor fala com segurança que tinha nota fiscal lá da VTPB, de material produzido pela VTPB?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Cem por cento.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor também chegou a coletar material da empresa Focal?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Levava lá.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Levava lá?

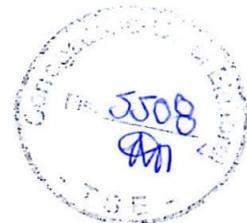
O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tinha alguém com quem o senhor tinha contato lá... que lhe atendia ou que o senhor sempre se (ininteligível)...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Olha, tinha os funcionários lá. Eu via os carros deles chegar – porque eu acompanhei, ficava lá, e eu via muito os carros chegar deles, né, umas *Vans* levava o material deles.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Era uma empresa de grande porte? O senhor se recorda?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Eu achava que... pequena pelos carros, né?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Tinha um volume de trabalho grande da Focal?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tinha. Tinha... levava bastante coisa. Todo dia levava lá, todos os dias.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor lembra onde ficava a Focal, ou não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Não tenho endereço nenhum. O fato de levar lá não...

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor não lembra o endereço?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, nunca tive, nunca vi o endereço deles.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor se lembra de alguma empresa que também o senhor tenha coletado lá ou levado, chamada Rede Seg?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Então. Essa Rede Seg ela... existia umas pessoas envolvidas chamada Márcia... Márcia e não

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

lembro a outra. E que ela direcionava pra coletar essa mercadoria na Margraf, na Alameda Juruá, em Barueri.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Mas da Rede Seg, então, o senhor nunca foi numa sede que seja da Rede Seg?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Até então eu sou sabedor também que ela tem uma parceria com a Graftec.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Graftec?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Isto.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Então, material produzido com nota fiscal pela Rede Seg, o senhor não se lembra de ter...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, não recordo não.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor prestou serviço durante toda a campanha, ou foi...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Toda a campanha.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): O senhor era o único transportador?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Eu acho que não. Na da Dilma, no caso?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): É.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Eu acho que não. Eu fui contratado, eu tenho um contrato lá, mas eu acho que eu cheguei a transportar noventa e cinco por cento, que era um volume muito grande.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Brasil todo?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Brasil todo.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Brasil todo?

Certo. Doutor Flávio.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor já perguntou quase tudo. Bom dia. Flávio Caetano, advogado de Dilma Rousseff.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Bom dia.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado): Senhor Edielson, eu fiquei com uma dúvida sobre a sua empresa, sobre a Realiza. O senhor disse que... o senhor até deu a data, 20.10.1998, foi quando a empresa passou a funcionar?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Quando eu registrei na Junta Comercial.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): É isso. Aí o senhor nos disse que agora tá passando por uma dissolução.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas eu não entendi se a empresa foi extinta ou se ela continua a existir, mas agora mudando os sócios?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Ela não vai fechar as portas não, se Deus quiser, não. Ela existe, o mercado tá difícil, né... por essa dissolução, fui orientado pelo meu advogado a, por ter funcionários lá... vamos dizer assim, uns dez na média de dez anos, tem lá de quatorze, quinze e... por ter a



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

dissolução, o meu sócio, que é meu irmão, saiu por espontânea vontade, mas quer o valor dele, que é quarenta por cento da empresa, meu advogado achou melhor nós mandar os funcionários embora, foi em julho, junho, julho e indenizá-los todos né, pra poder, na hora que sair a dissolução, quem quiser tocar vai em frente, né?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas a empresa hoje funciona, então? O senhor tem clientes, tá faturando?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tem. Ainda tem uns clientinhos lá, eu tô.... tá trabalhando mais terceirizados, tá eu praticamente sozinho lá.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Perfeito. Agora na campanha, na campanha o senhor nos disse aqui que chegou a ter entre caminhões próprios e de terceiros, vinte e dois caminhões.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E esses caminhões trabalhavam todo dia na campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Todo dia, todos os dias.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Então, o senhor tinha uma média de vinte caminhões, vinte, vinte e dois por dia, transportando material de campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Tanto de campanha, como os outros, né, os outros serviços lá. Graças a Deus, 2014 foi um ano bom pra mim em todos os sentidos. Todos os segmentos, eletrônicos e campanha.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor chegou a nos dizer que tinha 36 funcionários, na época, né? Que eram os próprios, não é?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, registrados... tudo organizado.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Além dos próprios, o senhor teve... o senhor disse, acho que agregados ou terceirizados?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Isso, terceirizados e agregados, a gente chama, né?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E o senhor acha que chegou a que número, durante a campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Cinquenta... Cinquenta.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Agora, eu queria perguntar em relação a essas empresas, que são essas empresas que são objeto de perícia.

O senhor falou que, em relação à empresa Focal, o senhor não foi coletar, mas a empresa levava o material até a Realiza?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Positivo.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O material, o que era da Focal, que eles levavam?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Bandeiras... bandeiras. Especificamente bandeiras.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado): Em relação à VTPB e Ultraprint, o senhor, por acaso, chegou a conhecer o Senhor Beckembauer, que alguns dizem que o apelido é Beck?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, se eu ver ele hoje, não sei se vou recordar, como foram todos os fornecedores, o dono da Mack Color, os fornecedores, vinte fornecedores... Dono da Hostprint, da... várias empresas. Foram lá. Eu recebi todos, bem no início da campanha, foram lá pra gente conhecer os fornecedor, pra saber com quem lidar.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor teve reunião individual com eles ou foi uma reunião coletiva? Como é que foi isso?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Coletiva, uma reunião coletiva.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E onde foi?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Foi lá na empresa, lá onde foi contratado o endereço da... pra campanha Dilma.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Então, uma reunião de campanha com todos os fornecedores e com o senhor também?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Todos os fornecedores.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E aí que o senhor conheceu o Senhor Beck?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente. Tava lá o contratante, que me contratou pela campanha, que solicitou esses cidadãos que fossem lá na empresa pra direcionar as carga lá pra esse endereço.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Essa... essa empresa Ultraprint que o senhor disse que ia coletar o material... que o senhor coletava da VTPB e da Ultraprint, no mesmo lugar?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): No mesmo endereço.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E essa Ultraprint era de... esse endereço... era de grande porte?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Grande porte. Uma empresa gigante.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor nos disse também que, em relação à Rede Seg, em alguns momentos o senhor pegava material na Margraf, em Barueri e outros na Graftec?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É... na Graftec, nunca coletei. Eles mandavam entregar.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Você não sabe nem o endereço? Se é em Interlagos?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Eu sei o endereço. É que eu visitei ele depois da campanha pra... todos esses fornecedores eu tentei um contato pra que eu pegasse como cliente, mantesse na carteira.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E aí o senhor foi nessa Graftec?



SJD
SECRETARIA JUDICIARIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Fui. Fui na Ultraprint e fui na Graftec, que fui recebido lá pelo dono, que não lembro o nome... não sei se é Fábio... da Graftec.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E, comparando com a Ultraprint, é maior ou menor?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Nossa... é... muito menor.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor nos disse aqui sobre os documentos. O senhor disse que a sua empresa emitia uma CTE, é isso?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É. conhecimento de transporte, que é o CTE.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Isso pra tudo que o senhor transportava?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tudo, tudo: eletrônico... tudo, tudo... tanto pra campanha como os eletrônicos, empresa de automação que eu tenho lá..

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas vamos ficar só na campanha, porque o resto não nos interessa, não.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É verdade.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor recebia a nota fiscal e aí emitia conhecimento...?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Existia algo chamado nota de remessa? Isso era obrigatório? Como é que funciona isso?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente de Dilma Rousseff): Existia, sim. Chegaram a existir algumas notas pra poder direcionar pra cada destino. Muitas vezes a empresa lá mandava lá cem mil reais de mercadorias, que poderia direcionar aquele mesmo produto pra todas as capitais. E aí o pessoal do PT lá solicitava o fornecedor – vou dar um exemplo aí, a Mack Color – ia lá mandava as notas fiscais de remessa.

Valia 100 mil? Dez notas de 10 mil reais, por exemplo, né?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E era possível fazer transporte só com a nota fiscal ou sempre tinha que ter uma nota de remessa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É obrigatório ter a nota fiscal, o caminhão tem que passar no posto fiscal. Tem que ter.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas nota de remessa é obrigatório ou tem situações que sim, situações que não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, tem que ter a nota fiscal, né, doutor?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Mas quero saber, nota fiscal é uma coisa e nota de remessa é outra?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Nota fiscal de remessa e nota fiscal, tudo... pro transporte é nota fiscal.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Entendi.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Eu não tenho obrigação de ficar sabendo se... qual a validade, qual o interesse.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Continuando. Em relação a essas empresas que nós estamos lhe perguntando – Focal, VTPB, Ultraprint, Rede Seg, Graftec –, o senhor ainda tem essas CTEs ou esse conhecimento na sua empresa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tenho, tenho lá no sistema, né?

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): É possível o senhor fornecer pra Justiça?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Tem que me dar um tempo bom pra poder procurar tudo isso aí, que foi um volume muito grande, né? Porque sai tanto dos outros clientes e da campanha tudo junto, no mesmo dia; é o mesmo sistema operacional.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Esse tempo bom é quanto? Nós não temos “esse tempo bom”...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Ah... uns cinco dias úteis no mínimo.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): “Tempo bom” eu pensei que o senhor fosse falar uns três meses, um ano. Tá bom.

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

Continuando, foi feita uma perícia – está sendo feita uma perícia aqui nesse processo – em relação às gráficas. O senhor chegou a ser procurado por algum perito judicial do Tribunal?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): De jeito nenhum.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor disse que a sua empresa fez transporte rodoviário, mas também aéreo.

O senhor sabe, em relação à campanha da Dilma/Temer, se foi, uma ideia de ordem de grandeza, quantos por cento foi de rodoviário, quanto de aéreo? Assim, por cima...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Rodoviário, 95% (noventa e cinco por cento), 5% (cinco por cento), no segundo turno que teve um aéreo nessa média de 5%.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O senhor disse que fez também a campanha da candidata Marina Silva...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): No primeiro turno, bem no finalzinho, assim, quando teve o episódio lá do avião caiu, a Marina subiu na pesquisa e nos contratou, porque ela não tava satisfeita com a outra transportadora que tava fazendo o serviço.

E, no caso Marina, foi 100% (cem por cento) aéreo.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Estou satisfeito.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Gustavo, alguma questão?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer):
Tenho uma só. Gustavo Guedes, advogado de Michel Temer.

Fiquei só com uma dúvida sobre a nota de remessa e a nota fiscal. Pelo que eu tenho conhecimento, a partir do que o senhor falou, a gráfica emite a nota fiscal e, dessa nota fiscal, de cem mil unidades, por exemplo, é possível que, a partir de destinos diferentes, se façam, como o senhor disse, dez notas fiscais de transportes diferentes, mas a nota fiscal é sempre uma só.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, porque, ao meu ver, tem a nota de venda e a nota de simples remessa. Se eles precisam expedir aquela mercadoria pra várias localidades, é obrigatoriamente ele solicitar o fornecedor uma nota de remessa pra cada destino.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer):
Então, vamos só nesse exemplo que o senhor disse. Então, uma gráfica emitiu 100 mil reais, referentes a uma quantidade "x" de material gráfico. E esses 100 mil reais irão pra dez destinos diferentes.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer):
Então, terá uma nota fiscal, que é uma nota de venda, como o senhor falou, e poderemos ter, então, ou deveremos ter dez notas de remessa.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): A minha dúvida é: a nota fiscal obrigatoriamente acompanha todas as notas de remessa ou a nota de remessa basta para o transporte?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): A nota de remessa basta, só a nota, não precisa das duas.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): Não precisa das duas, a nota de remessa resolve?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): E é essa nota de remessa que o senhor terá condição de nos fornecer?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Isso foi o fato de que teve o pessoal da campanha lá, porque a nota de venda que solicitava ao fornecedor uma nota de remessa pra distribuir os materiais, né? Não só em campanha acontece isso, como em outros...

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): Pra transporte de qualquer tipo de material, precisa ter a nota de transporte, se não houver a nota fiscal, é isso?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Exatamente, porque tem que ter a nota fiscal, não importa se é de remessa ou de venda. Pra nós, tem que ter nota fiscal. Pra mim, como transportador, agora, a negociação deles, lá, não me interessa.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): E o senhor vai nos fornecer essas notas de transporte, que é o que o senhor tem lá?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): O que gerou... eu vou fornecer o canhoto da nota fiscal, no caso, porque não tenho mais a nota fiscal, que gerou o meu conhecimento de transporte, que é o CTE.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): Esse CTE é um documento da sua empresa ou é um documento fiscal?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Documento fiscal que todas as transportadoras usam.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): Um documento estadual, portanto?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Estadual e federal, eu acho... Estadual, né? Está no Estado de São Paulo.

O DOUTOR GUSTAVO GUEDES (advogado de Michel Temer): Ok, obrigado.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Só pra complementar, porque acho que disso daí fiquei com um pouco de dúvida.

Flávio Caetano, advogado de Dilma Rousseff.

Pelo que eu entendi, tem a nota fiscal, certo, que é da gráfica, que, se for levada a um local só – imaginemos que a empresa demandou material pra levar só, homenageando meu colega aqui –, pra Curitiba, certo?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Certo.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Então, vão cem mil pra Curitiba. Existe nota de remessa nesse caso, ou não? É só nota fiscal, nota de venda?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Se tem uma nota fiscal só pra Curitiba, no caso, não obrigatoriamente emitia a de remessa.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Entendi. Aí o senhor emite o chamado CTE?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Isto.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Que é o conhecimento?



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Em cima daquela nota fiscal que foi direcionada à Curitiba.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): O seu documento é esse, é o CTE? É o seu?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É o CTE.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado): Tá.

Aí nós temos a outra situação, que é o que o colega disse, que é: nós temos uma nota fiscal que, por sua vez, vai ser levada pra dez cidades diferentes.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Aqui que tem a nota de remessa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Aí tem a nota de remessa.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): E aí o senhor faz uma CTE só ou uma pra cada remessa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Uma pra cada remessa, porque é cada destino.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Entendi. Tá.

Então, o senhor tem... Então é isso. Entendi.

O DOUTOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Você colocou CTE. É CTR, não?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, CTE.



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): CTE?

O DOUTOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): “E” de elefante?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É. CTE – conhecimento de transporte e encomendas.

O DOUTOR FLÁVIO CROCCE CAETANO (advogado de Dilma Rousseff): Encomendas. Acho que agora deu pra entender. Obrigado.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado): Eu poderia fazer só uma pergunta?

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Pois não, doutor.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado): É, é só para que fique bem claro.

Quando o senhor transporta a mercadoria, ela é encaminhada com a nota específica. Todas as mercadorias contêm o peso e contêm a quantidade, certo? Isso passa na alfândega, nos estados, por exemplo, quando isso é transportado de um estado pro outro, passa na Secretaria de Fazenda? Como é que isso funciona?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Passa, sim. É, no conhecimento, só pra vocês saberem, no conhecimento de transporte – que é o CTE – tá lá os dados que é colhido na nota fiscal, que é: volume, peso, valor da mercadoria e o destino. Obrigatoriamente, você passa no posto fiscal rodoviário e quando, uma vez aéreo, na própria fiscalização do aeroporto é feita também a fiscalização. Enquanto não é liberado, não é retirado.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado): Tá ótimo. Era isso mesmo. Muito obrigado!

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Alckmin.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Bom dia. Meu nome é José Eduardo Alckmin, advogado da Coligação Muda Brasil.

Eu gostaria apenas de saber da testemunha, nesse processo de distribuição das cargas, vocês faziam pesagem do material a ser transportado ou valia aquilo que constava da respectiva nota, nota de entrega?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, é conferido, porque eu cobro por peso, o valor da mercadoria e a quantidade de volumes. É pesado, sim. Por sinal, tinha duas balanças.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Certo.

E, em relação à contabilidade dessas entregas, elas eram lançadas na sua contabilidade e o senhor tem esses registros?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Tenho tudo.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Tem tudo. Tá bem.

Com relação aos locais onde eram produzidos, o senhor já esclareceu que esteve na Graftec, não é isso? Também na Ultraprint, não é isso? E...

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Positivo.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Havia muitos empregados lá?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Positivo. Eu estive na Mack Color, na Ultraprint e, depois da campanha, que eu fui na Graftec, que realmente não sei de... quantos empregados, mas, no meu ver, lá uns 40, no máximo, na Graftec, no máximo, 40.

Agora, a Ultraprint, imagino uns 200.

O DOUTOR JOSÉ EDUARDO RANGEL DE ALCKMIN (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Eram essas perguntas que eu gostaria de transmitir. Muito obrigado. Vou passar aqui pra Doutora Marilda, se me permite.

A DOUTORA MARILDA DE PAULA DA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Meu nome é Marilda, sou advogada da Coligação Muda Brasil.

Eu queria saber se o senhor sabe se havia outra empresa de transporte ou se o senhor era a única empresa que transportava o material da campanha?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Campanha Dilma?

A DOUTORA MARILDA DE PAULA DA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Isso.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Positivo. Eu acho que, aqui no Estado de São Paulo, existiu. Agora, no Brasil, só era a Realiza.

A DOUTORA MARILDA DE PAULA DA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Eu não entendi, desculpa.

AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Aqui em São Paulo, eu acho que tinha outra empresa que fazia a distribuição no Estado de São Paulo. E, em relação a Brasil, só era a Realiza.

A DOUTORA MARILDA DE PAULA DA SILVEIRA (advogada da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Ok, obrigada.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Flavio, uma questão?

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Bom dia. Flávio Henrique, advogado da Coligação Muda Brasil.

O senhor disse que a quantidade de material produzido pela Ultraprint foi maior que da VTPB. O senhor estima mais ou menos qual o percentual entre material da VTPB e da Ultraprint o senhor retirou lá na Ultraprint?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Pequeno. Eu acho 10% (dez por cento).

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Dez por cento da VTPB?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim. Eu acho... é... tem que levantar, mas não foi assim muito grande, não.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Ok.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): A Ultraprint, sim.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Ok. Esse material que o senhor retirava, se, no



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

mesmo caminhão, o senhor tinha material da Ultraprint e da VTPB, o senhor tinha duas notas fiscais, uma de cada empresa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Positivo.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): E com... e os materiais diferentes?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Eu não sei o tipo de materiais.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Não, não, a... eu não digo a... pode ser até igual o material, mas eu digo assim: as pilhas da VTPB eram umas, as pilhas da Ultraprint eram outras.

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, sim. Lá era direcionado, tinha que conferir. O meu conferente, ele pegava aquele *pallet* da VTPB, né, e da Ultraprint pesava pra... né, conferir.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Entendi.

Em algum momento o senhor teve que fazer alguma troca de nota da Ultraprint por nota da VTPB?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não me lembro, não.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Não. Aquilo que sai, o senhor retirou como nota da Ultraprint, foi até o final como nota da Ultraprint?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim.



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): E da VTPB, até o final como nota da VTPB?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, é... ocasiões ocorreram de, do pessoal lá, é... pedir nota de remessa. Uma vez vi uma carreta lá entregar lá... é... 27 toneladas de material com uma nota fiscal, só que depois o pessoal do PT me direcionava com várias notas de remessa.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Ok. O senhor disse que parece que outra transportadora trabalhou para o PT, para a campanha da Dilma Rousseff. É... o senhor sabe dizer qual empresa era essa, qual a região que ela trabalhava?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, fica em Osasco. Agora, eu não sei o nome da empresa. Eu não me lembro. Não lembro, não. Eu não sei se também era a logística do... do... do que tinha lá de... era pouco material. Algumas vezes mandamos lá o caminhão nosso retirar um material que era pra entregar no interior de São Paulo, porque eles não tinham... assim... era pouca coisa.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Esse material, na outra empresa, era das mesmas gráficas ou era de outras?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sempre é da mesma gráfica. Sempre é da mesma gráfica. É... me parece que nessa gráfica, nessa outra transportadora, saía muito lá esse material de cavalete, essas coisas assim, né?

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): E material impresso, então, não? Era só...



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, impresso, não. Material gráfico impresso vinha tudo pra minha empresa.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Cem por cento do material gráfico ia pra sua empresa?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): É. Esse aí foi bem no segundo turno, foi pouco, foi pouco, nessa transportadora. Se fomos lá, foram umas duas ou três vezes, que eu me lembre, assim. Eu participei muito da operação.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Ótimo. Então, no primeiro turno, foi só a sua empresa que fez o transporte?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Com certeza. Com certeza.

O DOUTOR FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA (advogado da Coligação Muda Brasil e do PSDB): Só isso. Obrigado.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Doutor Nicolao, tem alguma questão?

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Uma pergunta, Doutor Bruno. A testemunha disse ainda há pouco que o transporte rodoviário do material, a carga da empresa dele, era submetida, eventualmente, a fiscalizações na estrada. Ele mantém ainda esses documentos que foram produzidos, fiscalizações, relatórios?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Relatório, acredito que não, mas tem lá no sistema os conhecimentos que gerou o transporte,



SJD
SECRETARIA JUDICIÁRIA

COARE

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVENBERO DE 2016

né? Agora, em relação fiscalização nas rodovias, não teve assim barreira que implicou nenhuma situação, não.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Nunca houve nenhuma submissão à fiscalização em barreira fiscal alfandegária nos estados?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Teve.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Seus caminhões nunca foram submetidos a nenhum tipo de controle?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Teve. Teve lá no Estado de Tocantins e na divisa de Tocantins com São Luiz. Ficou lá um dia ou dois lá, quando viu lá as notas fiscais lá, fez o todo processo, foi liberado. Normal.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Divisa de Tocantins com o quê?

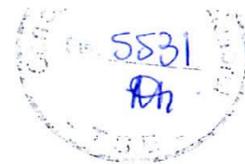
O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Com... Tocantins com Maranhão, né? Maranhão, lá em Imperatriz, lembro muito bem disso aí.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Hum. Foi somente essa a oportunidade?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Teve uma outra vez pra Belo Horizonte, mas foi coisa assim de eles olhar no caminhão lá e liberar, coisa de meia hora.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Barreira fiscal, fazendária, né?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Sim, porque obrigatoriamente você parar o...



AIJE Nº 1943-58.2014.6.00.0000

21 DE NOVEMBRO DE 2016

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): O senhor tem os documentos dessas fiscalizações?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não, não foi autuado, não tem documento nenhum não. Não fomos autuado.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Não, né?

O SENHOR EDIELSON JOSÉ ROCHA (depoente): Não. Agora, acredito eu que lá o posto deve ter, né. Foi barrado o caminhão da Realiza por verificação, né, acredito eu.

Agora, que eu paguei ou que o fornecedor pagou alguma coisa. Que eu paguei não tenho nada. Agora, que, quer dizer, eu paguei na empresa, nós, né, da Realiza Express. Agora, em relação ao fornecedor, nesse caso de Tocantins, se foi contactado lá pra resolver alguma parte fiscal, não sou sabedor, e quando tem a gente fica sabendo. Não lembro de ter tido implicação nenhuma não.

O DOUTOR NICOLAO DINO (vice-procurador-geral eleitoral): Ok. Obrigado.

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (juiz auxiliar): Bom, não havendo mais perguntas, eu declaro encerrada a oitiva.